



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 6 de abril de 2024

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,5% São Paulo	127.548	R\$ 5,065 (+ 0,29%)	R\$ 1.412	R\$ 5,489	10,65%	10,62%	Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83
0,8% Nova York	126.795	Últimos					
	2/4 3/4 4/4 5/4	1/abril 5,059 2/abril 5,058 3/abril 5,040 4/abril 5,050					

CONTAS PÚBLICAS

Fiscalização rende R\$ 225 bilhões em 2023

Para aumentar a arrecadação, governo endureceu nas autuações do ano passado. Em 2024, fisco será rigoroso com o Perse

» FERNANDA STRICKLAND
» RAPHAEL PATI

As autuações promovidas pela Receita Federal chegaram ao recorde de R\$ 225,5 bilhões em 2023. O valor representa alta de 65% em relação aos R\$ 136,7 bilhões autuados em 2022. O aumento aconteceu em meio à greve dos auditores da Receita Federal, que durou por quase três meses, entre 20 de novembro de 2023 e 8 de fevereiro deste ano. Os dados foram divulgados ontem, pelo órgão.

Do valor de R\$ 225,5 bilhões, informou o Fisco, R\$ 215,9 bilhões foram autuações de pessoas jurídicas e R\$ 9,6 bilhões de pessoas físicas. As empresas de maior porte responderam por 81,3% do total do valor autuado de pessoas jurídicas, R\$ 175,6 bilhões.

Apesar do crescimento nas autuações, apenas 5% do valor cobrado entrou nos cofres federais em 2023. Segundo a Receita Federal, isso ocorreu por causa de questionamentos dos contribuintes após a emissão dos autos de infração, tanto na esfera administrativa como em processos judiciais.

De acordo com o coordenador-geral de Fiscalização da Receita Federal, Ricardo Moreira, esse valor é lançado nos cofres da União em razão de questionamentos administrativos e judiciais feitos por quem é autuado. Moreira disse ainda que não há meta sobre autos de infração e que o Fisco trabalha a partir de indícios de irregularidade.

“A gente nem desejaria auto de infração. A gente queria a conformidade”, declarou em coletiva de imprensa. Segundo o coordenador, o órgão não tem meta de autuações para 2024. Ele explicou que o foco será a chamada conformidade tributária, ou seja, aconselhamento aos contribuintes quando forem identificadas irregularidades para que seja feita a “autorregularização”.

Para o coordenador-geral de Fiscalização da Receita Federal, a Receita trabalha com estudos de indícios de irregularidades. “Fazemos um tratamento do risco

Fechando o cerco

As autuações promovidas pela Receita Federal atingiram recorde de R\$ 225,5 bilhões em 2023, com alta de 65% em relação a 2022.

Em Bilhões



Fonte: Receita Federal



Temos indício de mau uso do Perse. São empresas que não fazem jus e que estão usando, ou empresas que não fazem jus à totalidade do benefício

Andrea Costa Chaves,
Subsecretária de Fiscalização da Receita

por meio de ações de assistência. Queremos a conformidade tributária. Nosso trabalho não é autuar, mas sim arrecadar os tributos necessários ao Estado. Temos indícios que embasam nossa forma de atuação. Vamos trabalhar prioritariamente nos contribuintes que vão se ‘autorregularizar’, e no combate às fraudes”, pontuou.

Perse

Além de apresentar os resultados de 2023, a Receita divulgou o planejamento da fiscalização para 2024. As ações de fiscalização se concentrarão no uso indevido de benefícios concedidos a empresas do setor de eventos por meio do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse); na compensação tributária por incentivos estaduais,

com obtenção do desconto no Imposto de Renda; e no mecanismo aprovado no fim do ano passado para coibir abusos na dedução de Juros sobre Capital Próprio (JCP).

Em relação ao Perse, a subsecretária de Fiscalização da Receita, Andrea Costa Chaves, disse que o órgão pretende ampliar, em 2024, as notificações por uso irregular da ajuda, concedida a empresas prejudicadas no período da pandemia. No ano passado, informou a subsecretária, “um número muito pequeno” de contribuintes foi notificado, dos quais a metade regularizou a situação voluntariamente.

“Temos indício de mau uso do Perse. São empresas que não fazem jus e que estão usando, ou empresas que não fazem jus à totalidade do benefício. É isso que

posso adiantar”, disse Chaves, segundo quem o número de comunicações no ano passado ainda foi pequeno, devido à novidade do tema dentro da Receita.

O Ministério da Fazenda vem tentando por um fim gradual ao Perse, após ter verificado no ano passado que o custo do programa excedeu o valor combinado previamente com o Congresso. Segundo a pasta, a renúncia foi de R\$ 10,8 bilhões em 2022 e de R\$ 13,1 bilhões em 2023. Além disso, a Fazenda identificou que contribuintes estavam usando o benefício irregularmente.

O fim do Perse era um dos itens da polêmica Medida Provisória 1.202/2023, que reonerou a folha de pagamentos. O congresso protestou e tanto o fim do Perse quanto a reoneração saíram da MP.

Saldo negativo em fevereiro

As contas públicas do governo encerraram o mês de fevereiro com saldo negativo de R\$ 48,6 bilhões, informou ontem o Banco Central. O montante se refere a tudo o que foi arrecadado e gasto — sem contar o pagamento dos juros da dívida — pelo setor público consolidado, que inclui a União (governo central), os estados, os municípios e as empresas estatais, com exceção de Petrobras e de Eletrobras.

Esse resultado foi o pior das contas públicas consolidadas para meses de fevereiro desde 2001, quando o BC iniciou a série histórica. Em fevereiro do ano passado, por exemplo, o déficit primário foi de R\$ 26,4 bilhões.

Graças ao bom desempenho de janeiro, com saldo positivo de R\$ 102,1 bilhões, o setor público consolidado mantém, no ano, superávit primário de R\$ 53,455 bilhões. Já nos 12 meses terminados em fevereiro, o déficit está em R\$ 268,229 bilhões, o que corresponde a 2,44% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de tudo o que é produzido em bens e serviços no país.

Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, o resultado de fevereiro foi ruim por causa da antecipação do pagamento de precatórios (sentenças judiciais contra o governo, para as quais não cabem mais recursos), num total de R\$ 29,4 bilhões. Rocha salientou que esse saldo não afetará o resultado do ano. “Foi apenas uma antecipação temporal e, olhando o contrafactual, se não tivesse ocorrido, representaria uma redução do déficit ante fevereiro de 2023”, salientou.

O resultado fiscal de fevereiro foi composto pelo déficit de R\$ 57,8 bilhões do governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS) mais o superávit de R\$ 8,6 bilhões dos estados e municípios. As estatais federais contribuíram com o saldo positivo de R\$ 483 milhões.

PODCAST DO CORREIO

Ex-BC vê avanços, mas pede produtividade

» RAPHAEL PATI

Em entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre e Rosana Hessel, para o *Podcast do Correio*, o economista e professor adjunto da Georgetown University, ex-diretor do Banco Central, Tony Volpon destacou a mudança de mentalidade e de visão entre o governo atual e o antecessor. Segundo ele, o governo Lula cumpriu, até o momento, o que era esperado, com a prática do campo progressista: o aumento de gastos públicos.

Ele citou, por outro lado, a capacidade do governo federal de aumentar a arrecadação federal no ano passado. Em 2023,

esse valor alcançou R\$ 2,318 trilhões, o que representa uma alta de 4,49%, na comparação com o ano anterior.

“Muitas pessoas do mercado duvidavam da capacidade de o governo aumentar a arrecadação. A boa notícia tem sido que eles têm conseguido aumentar a arrecadação”, destacou Volpon, que acrescentou: “Eu fiquei muito surpreso que eles conseguiriam taxar fundos exclusivos e offshores. Isso foi uma coisa que o Temer e o Bolsonaro tentaram fazer e não conseguiram”.

Porém, o ex-diretor do BC avaliou que a questão da produtividade, tanto no setor público quanto no privado, é um

problema crônico do país. Para ele, falta boa gestão dos recursos públicos para evitar um gasto excessivo e potencializar as capacidades de investimento nacional. “O grande problema do Brasil é a falta de produtividade. Não há uma agenda de produtividade”, considerou.

O economista também pontuou que há uma cultura pouco ambiciosa de crescimento econômico no país nos últimos anos. “O que me deixa um pouco desesperado é a ideia de que quando a gente tem crescimento de 2% a 3%, todo mundo comemora. Temos que ter a ambição de fazer mais para não ficarmos acomodados”, frisou. Em 2023, o

Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil avançou 2,9%.

Volpon assumiu o cargo de diretor do Banco Central em 2015 e atuou na autarquia por quase dois anos. Na sua visão, o atual presidente, Roberto Campos Neto, tem conseguido levar um trabalho exitoso à frente da instituição. Ideias como o Pix e o Drex, além de uma agenda de modernização do mercado de ativos digitais, foram benéficas para o país, segundo o economista.

O ex-diretor também acredita que o Banco Central encerrará o ritmo atual de queda da Taxa Básica de Juros em um patamar entre 8% e 9% ao ano, em linha com as expectativas do mercado.

Kayo Magalhães/CB/D.A. Press



Tony Volpon, ex-diretor do BC, foi convidado do Podcast do Correio